

12° SIMULADO

TCE RJ

ÁREA: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO
(CONTROLE EXTERNO)
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE/RJ;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-Controle-Externo-14-11-20>

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E	151 – C E	176 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E	152 – C E	177 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E	153 – C E	178 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E	154 – C E	179 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E	155 – C E	180 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E	156 – C E	181 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E	157 – C E	182 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E	158 – C E	183 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E	159 – C E	184 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E	160 – C E	188 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E	161 – C E	186 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E	162 – C E	187 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E	163 – C E	188 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E	164 – C E	189 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E	165 – C E	190 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E	166 – C E	191 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E	167 – C E	192 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E	143 – C E	168 – C E	193 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E	169 – C E	194 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E	170 – C E	195 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E	171 – C E	196 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E	172 – C E	197 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E	173 – C E	198 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E	174 – C E	199 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E	175 – C E	200 – C E

CONHECIMENTOS BÁSICOS**PORTUGUÊS**

Adriana Figueiredo

Ciência do esporte – sangue, suor e análises

1- *Na luta para melhorar a performance dos atletas [...], o Comitê Olímpico Brasileiro tem, há dois anos, um departamento exclusivamente voltado para a Ciência do Esporte. De estudos sobre a fadiga à compra de materiais para atletas de ponta, a chave do êxito é uma só: o detalhamento personalizado das necessidades.*

2- Talento é fundamental. Suor e entrega, nem se fala. Mas o caminho para o ouro olímpico nos dias atuais passa por conceitos bem mais profundos. Sem distinção entre gênios da espécie e reles mortais, a máquina humana só atinge o máximo do potencial se suas características individuais forem minuciosamente estudadas. Num universo olímpico em que muitas vezes um milésimo de segundo pode separar glória e fracasso, entra em campo a Ciência do Esporte. Porque grandes campeões também são moldados através de análises laboratoriais, projetos acadêmicos e modernos programas de computador.

3- A importância dos estudos científicos cresceu de tal forma que o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) há dois anos criou um departamento exclusivamente dedicado ao tema.

4- — Nós trabalhamos para potencializar as chances de resultados. O que se define como Ciência do Esporte é na verdade uma quantidade ampla de informações que são trazidas para que técnico e atleta possam utilizá-las da melhor maneira possível. Mas o líder será sempre o treinador. Ele decide o que é melhor para o atleta — ressalta o responsável pela gerência de desenvolvimento e projetos especiais, que cuida da área de Ciência do Esporte no COB, Jorge Bichara.

5- A gerência também abrange a coordenação médica do comitê. Segundo Bichara, a área de Ciência do Esporte está dividida em sete setores: fisiologia, bioquímica, nutrição, psicologia, meteorologia, treinamento esportivo e vídeo análise.

Reposição individualizada

6- Na prática, o atleta de alto rendimento pode dispor desde novos equipamentos, que o deixem em igualdade de condições de treino com seus principais concorrentes, até dados fisiológicos que indicam o tipo de reposição ideal a ser feita após a disputa.

7- — No futebol feminino, já temos o perfil de desgaste de cada atleta e pudemos desenvolver técnicas individuais de recuperação. Algumas precisam beber mais água, outras precisam de isotônico — explica Sidney Cavalcante, supervisor de Ciência do Esporte do comitê. [...]

8- As Olimpíadas não são laboratório para testes. É preciso que todas as inovações, independentemente da modalidade, estejam testadas e catalogadas com antecedência. Bichara afirma que o trabalho da área de Ciências do Esporte nos Jogos pode ser resumida em um único conceito: — Recuperação. Essa é a palavra-chave. [...]

CUNHA, Ary; BERTOLDO, Sanny. Ciência do esporte – sangue, suor e análises. O Globo, Rio de Janeiro, 25 maio 2012. O Globo Olimpíadas - Ciência a serviço do esporte, p. 6.

01. Segundo o texto, o responsável pelos projetos especiais é o Comitê Olímpico Brasileiro

02. Atualmente, para um atleta ganhar uma medalha de ouro, ele deve integrar talento e treinamento a outros recursos.

03. No trecho “Na **luta** para melhorar a performance dos atletas” (1º parágrafo), a palavra destacada está empregada em sentido denotativo.

04. A supressão da vírgula no trecho “No futebol feminino, já temos o perfil de desgaste de cada

atleta” (7º parágrafo) manteria a correção gramatical e o sentido do texto.

05. Os vocábulos “máquina”, “máximo” e “milésimo” (2º parágrafo) são acentuados pela mesma regra.

06. Sem prejuízo da correção gramatical do texto e das informações nele veiculadas, a forma verbal **abrange** no trecho “A gerência também abrange a coordenação médica do comitê” (5º parágrafo) poderia ser substituída por **abrangeria**.

07. No trecho “O que se define como Ciência do Esporte é na verdade uma quantidade ampla de informações que são trazidas para que técnico e atleta possam utilizá-las da melhor maneira possível” (4º parágrafo), a forma pronominal “las” refere-se a “quantidade ampla de informações”.

08. No trecho “A importância dos estudos científicos cresceu de tal forma que o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) há dois anos criou um departamento exclusivamente dedicado ao tema” (3º parágrafo), a oração introduzida pela conjunção “que” expressa ideia de consequência em relação à oração anterior, à qual se subordina.

09. A expressão “na verdade”, no trecho “O que se define como Ciência do Esporte é na verdade uma quantidade ampla de informações” (4º parágrafo) poderia ser corretamente isolado por vírgulas, recurso que lhe conferiria ênfase.
10. A oração destacada no trecho “É preciso **que todas as inovações, independentemente da modalidade, estejam testadas e catalogadas com antecedência**” (8º parágrafo) funciona como complemento da forma verbal “preciso”
11. Seria mantida a correção gramatical do texto caso a vírgula empregada logo após “água”, no trecho “Algumas precisam beber mais água, outras precisam de isotônico” (7º parágrafo) fosse substituída por ponto e vírgula.
12. Mantêm-se as relações sintáticas originais ao se substituir o termo “porque”, no trecho “Porque grandes campeões também são moldados” (2º parágrafo), por qualquer um dos seguintes: já que, uma vez que, como.
13. O texto é predominantemente argumentativo.
14. A forma verbal “possam”, em “que são trazidas para que técnico e atleta possam utilizá-las” (4º parágrafo), está no plural porque concorda com sujeito composto.
15. O trecho “que indicam o tipo de reposição ideal a ser feita após a disputa” (6º parágrafo) funciona, sintaticamente, como informação acessória.
16. No trecho “Num universo olímpico em que muitas vezes um milésimo de segundo pode separar glória e fracasso” (2º parágrafo) a expressão “muitas vezes” poderia ser deslocada para imediatamente após “pode”, sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto.
17. O trecho do 8º parágrafo “Recuperação. Essa é a palavra-chave.” poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: Recuperação: essa é a palavra-chave.
18. O travessão no trecho “Ele decide o que é melhor para o atleta — resalta o responsável pela gerência de desenvolvimento e projetos especiais” (4º parágrafo) foi empregado para conferir ênfase ao texto.

19. O emprego do sinal indicativo de crase no trecho “De estudos sobre a fadiga à compra de materiais para atletas de ponta” (1º parágrafo) justifica-se pela contração da preposição **a** com o artigo **a**.

20. Manteriam-se a correção gramatical e o sentido do texto, caso o vocábulo “chave” no trecho “a chave do êxito é uma só: o detalhamento personalizado das necessidades.” (1º parágrafo) fosse substituído por “segredo”.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

21. A dominação carismática baseia-se na tradição, nos costumes arraigados, nos relacionamentos construídos por gerações.

22. No modelo patrimonial da administração pública, ocorre pelo governante uma confusão entre a esfera pública e a esfera privada.

23. Conhecido como uma era de grande crescimento econômico no final dos anos 1950, no Brasil, o Governo JK ampliou a intervenção do Estado na economia e foi conhecido pela administração paralela.

24. Apesar da República Velha ser constantemente associada ao modelo patrimonial, podemos apontar exemplos de órgãos estruturados, com carreiras estruturadas e instrumentos meritocráticos.

25. O governo militar tinha uma clara inspiração neoliberal, que pode ser evidenciada com a redução dos investimentos em empresas estatais no período e baixo gasto social.

26. A reforma da Constituição Federal de 1988 buscou ampliar a responsabilização dos servidores (accountability), da criação de vários mecanismos de democracia direta ou de controle social, combinados com o aumento da transparência no serviço público.

27. A governabilidade do governo brasileiro está ameaçada atualmente. Podemos ver a dificuldade nesse aspecto com a dificuldade do governo federal em conseguir desenvolver tratamentos eficientes para a crise do COVID-19.

28. O termo accountability está relacionado estritamente com a capacidade de um sistema de ser transparente.

29. A accountability horizontal é relacionada com o controle e prestação de contas que ocorre quando um poder ou órgão fiscaliza o outro. Ou seja, o accountability horizontal ocorre quando existe uma ação entre entidades no mesmo plano.

30. O controle social engloba a fiscalização da sociedade, mas não a participação na gestão pública.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Raphael Lacerda

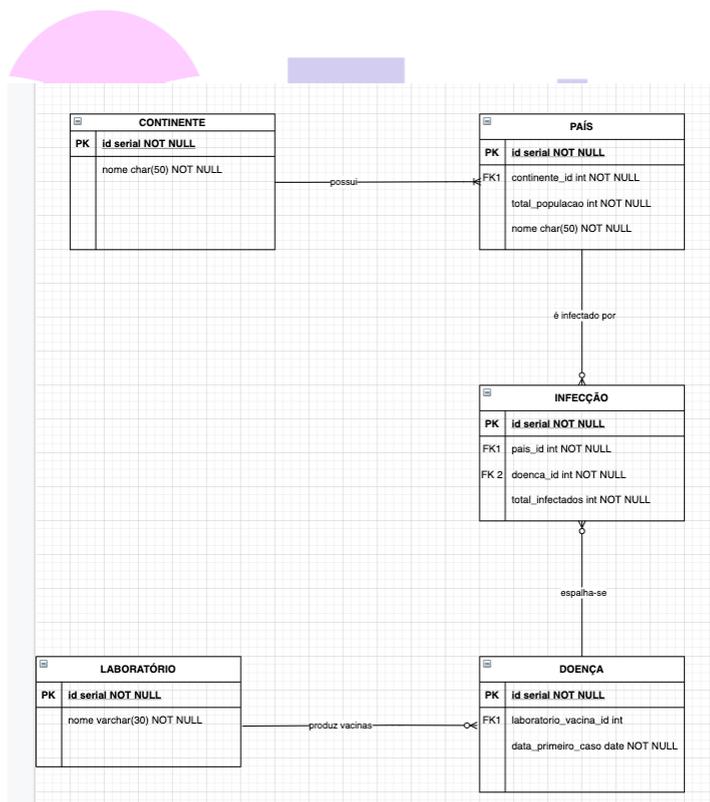


Figura 1

Use a figura 1 para responder as questões 31 a 35

31. Caso o usuário queira saber o total da população mundial, o comando SQL correto a ser executado é:

SELECT COUNT (total_populacao) FROM PAÍS

32. Caso o usuário do banco de dados queira trazer uma lista somente com o nome do país e o continente associado a ele o comando SQL correto seria:

SELECT p.nome, c.nome FROM PAIS as p, CONTINENTE as c

33. Caso o usuário do banco de dados queira saber todos os laboratórios que produziram vacinas mas também os que não fizeram, então o comando SQL correto seria

SELECT l.nome, d.nome FROM LABORATORIO as l LEFT JOIN DOENCA as d

on d.laboratorio_responsavel_pela_vacina = l.id

34. O modelo entidade relacionamento representado na figura 1 é resultado da modelagem conceitual, que independe de um SGBD específico, como por exemplo Oracle, Mysql ou Postgres, todavia depende do tipo de paradigma utilizado pelo banco, ou seja, se é relacional ou orientado a objeto.

35. A arquitetura ANSI/SPARC define 3 níveis: externo, conceitual e o interno. Sendo que a independência lógica ocorre quando o esquema externo é modificado e não há necessidade de alterar o esquema conceitual nem o interno.

36. SGBD's que são baseados no paradigma relacional guardam os dados em estruturas chamadas tabelas. O relacionamento entre elas é feito através da chave primária e estrangeira. Ademais, eles têm a capacidade de representar características de objetos como herança e encapsulamento.

37. Um modelo lógico não normalizado dá a possibilidade de haver redundância de dados, gerando inconsistência. Portanto, o uso de projeto de banco de dados não normalizados são proibidos na indústria.

38. O esquema de extração de dados representado na figura 2 permite inferir que a modelagem utilizada pelo Data warehouse foi baseada no modelo snow flake, pois não há normalização das dimensões.

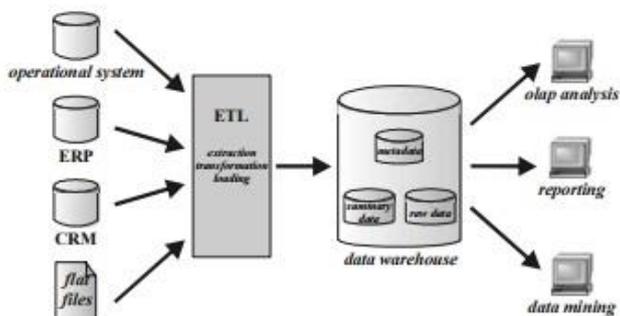
39. Durante o processo de ETL pode ser utilizado um banco de dados operacional conhecido como Operational Data Store. Nele consultas OLAP como drill-down e roll-up são realizadas para dar celeridade ao processo de carregamento na base data warehouse.

40. O data mining é um processo utilizado para a explorar grandes repositórios de dados visando extrair informações não facilmente visíveis por um processo manual, contudo limita-se a apenas dados estruturados, não conseguindo analisar dados de um data warehouse.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Oliveira / Guilherme Santanna

41. Auditoria é o processo sistemático, documentado e independente de se avaliar objetivamente uma situação ou condição para determinar a extensão na qual critérios são atendidos, obter evidências quanto a esse atendimento e relatar os resultados dessa avaliação a um destinatário predeterminado. Nesse contexto, o critério é o estado ou a situação existente do objeto da auditoria, encontrado pelo auditor durante a execução do trabalho de auditoria. Já a



Internet: <www.infoescola.com/informatica/data-warehouse>.

Figura 2

situação ou condição é a referencial a partir do qual o auditor faz seus julgamentos em relação à situação ou condição existente e reflete com deveria ser a gestão.

42. A classificação das auditorias como de regularidade ou operacional dependerá do objetivo prevalecente em cada trabalho de auditoria, já que elas constituem parte de um mesmo todo da auditoria governamental e, às vezes, integram o escopo de um mesmo trabalho de auditoria.

43. A INTOSAI classifica todas as auditorias do setor público como trabalhos de asseguarção, definidos como aqueles trabalhos nos quais o auditor “visa obter evidências apropriadas e suficientes para expressar sua conclusão, de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis”.

44. Segundo a ISSAI 100, todas as auditorias do setor público possuem os mesmos elementos básicos, dentre eles, destaca-se a informação do objeto, que é o resultado da avaliação ou mensuração do objeto de acordo com os critérios aplicáveis. Em trabalhos de relatório direto, a informação do objeto é elaborada e apresentada pela parte responsável (p. ex., demonstrações financeiras, prestações de contas);

em trabalhos de certificação, a informação do objeto é preparada e apresentada pelo próprio auditor no seu relatório (p. ex, auditorias operacionais).

45. O relatório de auditoria deve explicar como a evidência obtida foi utilizada e justificar as conclusões que foram alcançadas. Isso permitirá que o relatório de auditoria proporcione aos usuários previstos o grau de confiança necessário. A opinião pode ser não modificada ou modificada. Uma opinião modificada pode ser qualificada (exceto por) quando o auditor discorda com, ou é incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada acerca de certos itens do objeto que são ou podem ser relevantes, mas não generalizados;

46. Os termos do trabalho refere-se ao documento em que o auditor estabelece informações importantes sobre a auditoria, como o escopo e os objetivos do trabalho, o acesso aos dados, a visão geral do objeto e do seu ambiente e a época e extensão dos procedimentos de auditoria.

47. O risco do trabalho é o risco de que o auditor expresse uma conclusão inapropriada quando a informação do objeto estiver distorcida de forma relevante. Esse risco é também conhecido como risco de auditoria.

48. Os objetivos das auditorias do setor público podem ser estabelecidos ora com foco na informação do objeto, como em geral ocorre na maioria das auditorias operacionais e de conformidade, em que a informação é preparada e fornecida diretamente pelo auditor no seu relatório; ora em termos do próprio objeto, como no caso das auditorias de demonstrações financeiras preparadas pela parte responsável.

49. O auditor deverá declarar impedimento ou suspeição nas situações que possam afetar, ou parecer afetar, o desempenho de suas atribuições com independência e imparcialidade, especialmente participar de auditorias nas situações em que o responsável auditado seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, ou pessoa com quem mantenha ou manteve laço afetivo ou inimigo ou que envolva entidade com a qual tenha mantido vínculo profissional nos últimos dois anos, ressalvada, neste último caso, a atuação consultiva, ou ainda quando estiver presente qualquer conflito de interesses, declarando o impedimento ou a suspeição por meio de justificativa reduzida a termo, que será avaliada e decidida pelo dirigente da unidade técnica.

50. A visão geral do objeto é elaborada na fase de execução para incorporação ao relatório da auditoria, contendo, geralmente, as seguintes

informações: descrição do objeto de auditoria, com as características necessárias a sua compreensão; legislação aplicável; objetivos institucionais, quando for o caso; setores responsáveis, competências e atribuições; objetivos relacionados ao objeto de auditoria e riscos relevantes a eles associados, bem como eventuais deficiências de controle interno.

51. O programa de auditoria, elaborado com base nos elementos obtidos na visão geral do objeto, limita-se a evidenciar o objetivo e o escopo da auditoria; a amostra a serem examinados; os procedimentos e as técnicas a serem utilizados, os critérios de auditoria, as informações requeridas e suas fontes, as etapas a serem cumpridas com respectivos cronogramas; bem como a quantificação dos recursos necessários à execução do trabalho.

52. Durante a fase de execução, a equipe de auditoria deve aplicar os procedimentos previstos na matriz de achados em busca de achados, desenvolvendo-os na matriz de planejamento.

53. O achado de auditoria decorre da comparação da situação encontrada com o critério e deve ser devidamente comprovado por evidências. Os achados negativos podem ocorrer sob a forma de impropriedade — quando não há transgressão a normas legais — ou irregularidade — caso em que

além de haver transgressão a normas legais, há prejuízos ao erário.

54. O relatório de auditoria é o instrumento formal e técnico por intermédio do qual a equipe de auditoria comunica aos leitores o objetivo e as questões de auditoria, o escopo e as limitações de escopo, a metodologia utilizada, os achados de auditoria, as conclusões e as propostas de encaminhamento. Na redação desse relatório, os auditores devem orientar-se pelos requisitos de qualidade, dentre eles, destaca-se a concisão que significa expor os achados e as conclusões com firmeza, demonstrando certeza da informação comunicada, evitando palavras ou expressões que denotem insegurança, possam ensejar dúvidas ou imprecisões no entendimento, tais como “SMJ”, “supõe-se”, “parece que”, “deduzimos”, “achamos”, “há indícios”, “talvez”, “entendemos”, “esta equipe de auditoria entende que...”.

55. As deliberações proferidas pelo Tribunal devem ser devidamente acompanhadas quanto ao seu cumprimento ou à sua implementação, observando-se que as determinações endereçadas aos jurisdicionados serão obrigatoriamente monitoradas e as recomendações o serão a critério do Tribunal, do relator ou da unidade técnica. Nesse caso, utiliza-se o instrumento de fiscalização denominado de acompanhamento.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Julgue os itens seguintes sobre o controle da administração pública.

56. Em nenhuma hipótese o Poder Judiciário poderá revogar ato administrativo praticado pelo Poder Executivo.

57. O controle externo somente pode ter fundamento primário, ou seja, somente poderá ser instituído por lei ou pela Constituição.

58. O recurso hierárquico impróprio é instrumento de controle administrativo, que ocorre sem relação de hierarquia e não é presumido, ou seja, depende de previsão legal.

59. O controle social é viabilizado pela participação popular, mas exige sempre identificação, motivo pelo qual as denúncias anônimas nunca poderão justificar a instauração de processo administrativo disciplinar ou sindicância, independentemente do poder-dever de autotutela da administração.

60. Ao julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, o Tribunal de Contas da União deverá analisar os balanços gerais, realizando uma avaliação estratégica das contas públicas.

61. O TCU somente possui competência para quebrar o sigilo bancário quando o financiamento for concedido com recursos públicos.

Julgue os itens seguintes a respeito do TCE-RJ.

62. O Analista de Controle Externo do TCE-RJ será promovido quando passa para o índice de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma categoria.

63. Os conselheiros-substitutos gozam de garantias para que possam exercer as suas atribuições com independência e imparcialidade. Uma dessas garantias é a vitaliciedade, adquirida desde a posse.

64. Conforme entendimento consolidado do STF, dos sete conselheiros do TCE, quatro serão escolhidos pela Assembleia Legislativa, enquanto os outros três serão escolhidos pelo chefe do Poder Executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público, e um terceiro a sua livre escolha.

65. A tutela provisória não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

66. O Tribunal de Contas do Estado não goza de poder para determinar o arresto dos bens do responsável, mas poderá propor à autoridade competente a adoção de medidas para este fim.

67. Se tiver dúvida sobre a aplicação de ato normativo sobre matéria de competência do TCE, um secretário municipal poderá formular consulta ao Tribunal, desde que se trate de matéria em tese.

68. O Tribunal julgará as contas do responsável irregulares quando evidenciarem a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que não seja de natureza grave e não represente injustificado dano ao erário.

69. O Tribunal de Contas poderá declarar, por decisão da maioria absoluta de seus membros, a inidoneidade de contratado ou adjudicatário da administração pública, direta, indireta ou fundacional.

70. O TCE-RJ não dispõe de competência regulamentar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base a jurisprudência da Suprema Corte, julgue os itens a seguir.

71. Tem-se entendido que os conselhos de fiscalização profissional, embora entidades de direito público, não se submetem ao regime de precatórios.

72. Sabe-se que a lei não poderá afastar da apreciação judicial lesão a direito, inclusive o direito dos servidores públicos à isonomia remuneratória, de sorte que o Poder Judiciário, exercendo sua função típica, poderá dar concretude ao referido princípio, majorando vencimentos de servidores públicos.

73. O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos não gera direito subjetivo a indenização.

Em relação à organização administrativa e às entidades paraestatais, avalie os itens que se seguem:

74. A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida nos casos previstos na Constituição Federal ou, consoante previsão em lei, afigurar-se necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

75. É subsidiária a responsabilidade do ente federativo por danos causados a particulares por empresa estatal.

76. Qualquer que seja a atividade desenvolvida, empresas públicas e sociedades de economia mista não se sujeitam à falência.

77. Órgãos autônomos ou primários são aqueles que encontram-se previstos no próprio texto constitucional, não se subordinando a qualquer outro órgão, cujos titulares são agentes políticos.

78. Situação hipotética: Determinado ente público pretende desenvolver, a partir de sua iniciativa, parceria com entidade privada, na qual haverá repasse de recursos financeiros para realização de atividades na área da saúde, especificamente na pesquisa e desenvolvimento de vacinas contra o novo Coronavírus. Assertiva: O instrumento adequado para a referida parceria é o acordo de cooperação.

79. Determinada entidade religiosa pretende se qualificar como organização da sociedade civil de interesse público celebrando termo de parceria com a Administração Pública.

Em relação aos atos administrativos, poderes e ao controle da Administração Pública, julgue os itens a seguir:

80. Os Ministros de Estado poderão expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.

81. A fiscalização exercida pelos conselhos de fiscalização profissional representa manifestação do poder de polícia.

82. O dever de eficiência exige que o agente público atue de forma ética, em consonância com o princípio da moralidade.

83. Enquanto um dos pilares da organização administrativa, o poder disciplinar viabiliza o controle da atividade dos órgãos inferiores, de sorte que um órgão hierarquicamente superior poderá controlar a legalidade dos atos praticados por órgãos subordinados, anulando os ilegais ou revogando aqueles inconvenientes ou inoportunos, inclusive de ofício e, se for o caso, promovendo a responsabilização dos envolvidos.

84. Apostilas e vistos são exemplos de atos enunciativos.

85. Por meio da confirmação a Administração renuncia ao poder de anular o ato ilegal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

Julgue o que se afirma a seguir, a respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, de acordo com o que determina a CF/88:

86. Dos nove Ministros que compõem o Tribunal de Contas da União, apenas três, indicados pelo Presidente da República, deverão ser aprovados pela maioria absoluta do Senado, tendo em vista que os seis restantes serão escolhidos pelo próprio Congresso Nacional.

87. O Tribunal de Contas da União poderá, no exercício de sua missão institucional de controlar a validade dos atos administrativos, afastar, em abstrato, norma violadora do texto constitucional.

88. O Tribunal de Contas da União detém legitimidade para executar as multas decorrentes de acórdãos proferidos pela própria Corte de Contas.

89. Os Tribunais de Contas não podem determinar a adoção de medidas cautelares ou interferir em procedimentos administrativos, ainda que

maculados por vícios ou irregularidades, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes.

No tocante aos direitos individuais e coletivos previstos na Constituição da República, julgue o que se estatui a seguir:

90. Embora seja inafastável o caráter perpétuo do direito de propriedade, seu caráter absoluto é rechaçado pela função social.

91. A omissão do Congresso Nacional em regulamentar as relações jurídicas decorrentes de medida provisória não convertida em lei não justifica a impetração do mandado de injunção.

92. Embora o TCU e o Ministério Público não estejam autorizados a decretar a quebra de sigilo bancário, tal regra é flexibilizada quando se trata de empréstimos concedidos com recursos públicos.

No tocante aos direitos de nacionalidade, julgue o que se afirma a seguir:

93. Os portugueses que ostentam a condição de quase nacionais poderão exercer direitos políticos e, ainda, requerer a naturalização, desde que cumpram os requisitos constitucionais.

Sobre o procedimento de reforma da Constituição da República, julgue o que segue:

94. Somente o Poder Legislativo pode exercer o controle preventivo de constitucionalidade das emendas ao texto da Carta Maior, ficando o controle repressivo a cargo do Poder Judiciário, que o efetivará na via incidental ou abstrata.

No que se refere à organização político-administrativa do estado brasileiro, julgue a próxima afirmação:

95. A criação, a fusão ou o desmembramento de estado-membro na Federação brasileira dependerá não só da edição de lei complementar da União, mas, também, da aprovação da população envolvida, sendo o parecer das respectivas Assembleias Legislativas meramente opinativo.

96. Somente a União, por meio de lei complementar federal, poderá dispor sobre seguridade e previdência social.

A respeito das funções essenciais à justiça, conforme o descrito na atual Constituição, julgue o que se afirma abaixo:

97. O Advogado-Geral da União será de livre nomeação pelo Presidente da República e, apesar de não haver a necessidade de submeter seu nome à aprovação do Senado Federal, caberá a este julgar a autoridade nos crimes de responsabilidade.

Sobre as regras atinentes ao Poder Executivo, presentes na Constituição Federal de 1988, julgue o que se segue:

98. O Presidente da República, ao cometer crime de responsabilidade, será julgado pelo Senado, caso a acusação seja admitida por dois terços da Câmara. Ao cometer crime comum, entretanto, deverá ser submetido a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, independentemente de autorização do Poder Legislativo.

99. Em razão da ausência de conteúdo propriamente normativo dos decretos autônomos expedidos pelo Presidente da República, tal espécie de ato primário não se submete ao controle concentrado de constitucionalidade.

Julgue a assertiva seguinte, sobre o Poder Legislativo, conforme o que estabelece a Carta Constitucional e à luz do entendimento jurisprudencial a respeito:

100. Entende o STF que o parlamentar federal não poderá ser preso em nenhuma circunstância, a não ser em caso de flagrante de crime inafiançável.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AFO

Luciana Marinho

101. Para os efeitos da LRF, entende-se como despesa total com pessoal o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os

pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, salvo vencimentos e vantagens, tanto fixas quanto variáveis.

102. Segundo disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), uma sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a um Estado, enquadra-se no conceito de empresa estatal independente.

103. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue o item a seguir.

O resultado negativo do Banco Central não constituirá obrigação do Tesouro para com o BACEN, porém será consignado em dotação específica no orçamento.

104. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue o item.

Caso o Estado do Rio de Janeiro não tenha cumprido os limites constitucionais relativos à assistência social, o ente só poderá receber transferências voluntárias de outros entes destinadas a esse setor quando comprovar que atendeu aos limites constitucionais.

105. Julgue o item a seguir à luz das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, ainda que vinculadas a fundos específicos ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e poderão ser aplicados em títulos da dívida pública estadual ou municipal.

106. O processo da fixação da despesa orçamentária é concluído no empenho, que é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento.

107. O empenho na modalidade global é o tipo de empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.

108. O reconhecimento da obrigação de pagamento das despesas com exercícios anteriores cabe à autoridade competente para pagar a despesa.

109. O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas e para concedê-lo ao

suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária.

110. A Lei nº 4.320/64 estabelece como estágios da execução da receita pública orçamentária o lançamento, a arrecadação e o recolhimento. Acerca do estágio da arrecadação, julgue o item subsequente:

É a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira.

111. Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. Nesse sentido, não se confunde com a dívida pública, reconhecida contabilmente no passivo.

112. Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, receita efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

113. A classificação da receita orçamentária é de utilização obrigatória para todos os entes da Federação, sendo classificada segundo critérios de natureza, destinação de recursos e indicador do resultado primário.

Em relação aos créditos ordinários e adicionais, julgue os seguintes itens

114. Considera-se recurso para abertura de créditos suplementares e especiais, desde que não comprometidos, os provenientes de excesso de arrecadação.

115. Situação hipotética: Estado do Rio de Janeiro, que necessita da abertura de um crédito especial, dispõe dos seguintes dados:

Diferença entre a receita realizada e a prevista: R\$ 500

Ativo Financeiro no balanço patrimonial do exercício anterior: R\$ 210

Passivo Financeiro no balanço patrimonial do exercício anterior: R\$ 160

Créditos extraordinários abertos no exercício: R\$ 240

Créditos adicionais reabertos: R\$ 20

Assertiva: Nessa situação, há margem para abertura do crédito especial de até R\$ 290.

Julgue o item que se segue.

116. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos, metas e prioridades da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

117. É a lei de diretrizes orçamentárias, a qual compreende as metas e prioridades da administração pública federal, que integrará, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os dois exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais.

Com relação à execução orçamentária e ao cumprimento de metas, julgue o item.

118. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, salvo quando em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

A respeito dos princípios orçamentários, julgue os itens que se seguem.

119. São consideradas ressalvas ao princípio da exclusividade a autorização para abertura de crédito

suplementar e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

120. O princípio do orçamento bruto determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Raphael Lacerda

121. Sobre noções de modelagem dimensional, é correto afirmar que a arquitetura de montagem de um DW seguindo a proposta do INMON é bottom-up, ou seja, dos data marts para o data warehouse. Já a proposta do KIMBALL é top-down, ou seja, do data warehouse para os data marts.

122. O índice é a estrutura do banco de dados que permite acelerar o processo de consulta criando uma visão virtualizada de uma ou mais tabelas, nesse caso, armazenando apenas a consulta e não os dados.

123. No relacionamento 1:N, a chave estrangeira fica no lado N da relação, e referencia a chave primária do outro lado. Já no relacionamento 1:1 não há chave estrangeira.

124. Um dos 5 v's do BigData é a virtude, que diz que os dados devem estar fidedignos, de acordo com o seu propósito.

125. Os dados semi-estruturados são uma forma de dado estruturado que não segue uma estrutura formal rígida, mas também não são como os dados estruturados, que não possuem nenhuma estrutura de formatação.

126. Os três motivos que o TCU expõe para motivar a abertura dos dados são: permitir indexação na web, formatar em um padrão compreensível e fomentar a participação da sociedade.

127. Os dados, para serem considerados abertos, devem estar disponíveis para todos, sem que seja necessária identificação ou registro.

128. Data mining não se mistura com técnicas de inteligência artificial, haja vista que seu foco é na busca de padrões genéricos presentes em dados.

129. O processo de *Business Intelligence* visa descobrir novos conhecimentos, padrões e relações, escondidos em grandes massas de dados.

130. Um pai leva seu filho a um estádio de futebol. Durante anos coletou-se dados a respeito desse contexto e agora um algoritmo de data mining chegou à seguinte conclusão: *"Quando um homem leva o filho ao estádio, ele está propenso a comprar uma camiseta do time"*

O tipo de descoberta de conhecimento utilizado foi o de associação.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Oliveira / Guilherme Santanna

131. A INTOSAI define auditoria como um processo sistemático de obter e avaliar objetivamente evidências para determinar se as informações ou as condições reais de um objeto estão de acordo com critérios aplicáveis. Um processo sistemático consiste fundamentalmente em uma série de passos ou procedimentos lógicos, estruturados e organizados.

132. O nível de asseguarção que um trabalho de auditoria pode fornecer varia entre razoável e limitado e é estabelecido após do início do trabalho.

133. O efeito, que é um dos atributos do achado de auditoria, identifica os resultados ou as consequências para a entidade, o erário ou para a sociedade, da discrepância entre a situação encontrada e o critério, indicando a gravidade ou os

eventuais benefícios no caso de achados positivos. Subdividem-se em duas classes ou tipos: os efeitos potenciais (risco), ou seja, aqueles efetivamente verificados, e os efeitos reais, aqueles que podem ou não se concretizar.

134. Com relação aos instrumentos fiscalização utilizados pelos Tribunais de Contas, julgue o item a seguir.

As auditorias, acompanhamentos, monitoramentos, levantamentos e inspeções obedecerão a plano de fiscalização elaborado pela Presidência, em consulta com os relatores das listas de unidades jurisdicionadas, e aprovado pelo Plenário em sessão de caráter reservado.

135. Em relação aos procedimentos de auditoria governamental, julgue o item a seguir.

O exame documental consiste na análise de documentos relacionados ao objeto da auditoria em busca de dados ou informações que poderão servir de subsídio ao planejamento da auditoria ou como evidências dos achados. Duas verificações podem ser realizadas nos documentos analisados: a sua autenticidade, para assegurar que as informações contidas nos documentos podem ser utilizadas na auditoria; e as bases e a metodologia de sua elaboração, para poder estimar a confiabilidade das informações apresentadas.

136. A observação direta é uma técnica de coleta de dados ou informações que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Uma das formas mais utilizadas de observação direta nas auditorias é a sistemática, em que o pesquisador observa de maneira espontânea os fatos que ocorrem no ambiente em estudo e procura registrar o máximo de ocorrências que interessam ao seu trabalho, devendo-se evitar o mínimo de alteração no ambiente;

137. Em relação ao uso dos procedimentos de auditoria governamental, julgue o item a seguir.

A conciliação consiste no cotejo do registro da movimentação de contas bancárias ou contábeis entre si, ou com elementos, fatos ou ocorrências que devam guardar correspondência com a movimentação.

138. A definição do escopo de uma auditoria é caracterizado pela delimitação de seus objetivos, de questões e procedimentos e materializa-se na matriz de achado.

139. O painel de referência é uma das ferramentas de qualidade utilizada pelo auditor que consiste em uma reunião com especialistas (detentores de informações) no assunto a ser auditado na qual se

discutem possíveis linhas de orientação para a auditoria e o planejamento do trabalho.

140. O achado de auditoria deve atender, necessariamente, aos seguintes requisitos básicos: relevância, fundamentação em evidências, objetividade, dar respaldo às propostas de encaminhamento dele resultantes e consistência. A objetividade significa mostrar-se convincente a quem não participou da auditoria.

141. O achado de auditoria sempre traz prejuízo ao erário público.

142. A matriz de responsabilização objetiva a formulação de conclusões sobre as responsabilidades individuais dos gestores e agentes públicos que contribuíram ou deram causa ao ato administrativo objeto do achado.

143. Os papéis de trabalho do tipo transitórios (correntes) são aqueles necessários ao trabalho por mais de um período, para assegurar a execução de um procedimento ou a obtenção de outros papéis de trabalho subsequentes.

144. As Normas de Auditoria do TCU (NAT) estabelecem os requisitos de qualidade que a equipe de auditoria deve orientar-se na redação do relatório, quais sejam: Clareza, Convicção, Concisão, Completude, Exatidão, Relevância, Tempestividade e Objetividade. O requisito concisão significa apresentar de forma imparcial evidências suficientes e apropriadas para apoiar os achados.

145. Nas auditorias operacionais, o relatório trata da economicidade e da eficiência na aquisição e aplicação dos recursos, assim como da eficácia e da efetividade dos resultados alcançados. Tais relatórios podem variar consideravelmente em escopo e natureza, informando, por exemplo, sobre a adequada aplicação dos recursos, sobre o impacto de políticas e programas e recomendando mudanças destinadas a aperfeiçoar a gestão. Pela sua natureza, as auditorias operacionais são mais abertas a julgamentos e interpretações e seus relatórios, conseqüentemente, são mais sintéticos e menos argumentativos.

146. Materialidade pode ser definida como a importância relativa (ou significância) de um assunto dentro do contexto na qual é considerada. Os fatores qualitativos da materialidade podem incluir aspectos como: se o achado é resultado de fraude; se um aspecto específico do objeto auditado é significativo no que se refere à natureza,

visibilidade e sensibilidade; se a saúde ou segurança dos cidadãos é afetada; se o achado se relaciona a transparência ou accountability. Já os fatores quantitativos relacionam-se à magnitude dos achados que são expressos numericamente. Não é preciso considerar o efeito agregado dos achados individualmente insignificantes.

147. O planejamento de auditoria visa delimitar o objetivo e o escopo da auditoria, definir a estratégia metodológica a ser adotada e estimar os recursos, os custos e o prazo necessários à sua realização.

148. A ISSAI 3000 (auditoria operacional) estabelece que o auditor deve escolher uma abordagem orientada a resultado, problema ou sistema, ou uma combinação destas. A abordagem orientada a resultado avalia se os objetivos do tema auditado, em termos de produtos ou impacto, foram atingidos como planejado ou se os programas e serviços estão funcionando como esperado. A abordagem orientada a problema examina, verifica e analisa as causas de problemas específicos ou de desvios dos critérios de auditoria. Tem como ponto de partida um problema ou desvio já conhecido. A abordagem orientada a sistema examina o funcionamento dos sistemas de gestão, focando diretamente na política ou nas metas, sem se preocupar com o funcionamento dos sistemas como condição para o alcance da eficiência e efetividade das políticas.

149. Os fatores que compõem o denominado triângulo da fraude consistem na pressão, oportunidade e racionalização. A pressão é o que motiva a fraude em primeiro lugar, podendo ter origem tanto pessoal quanto profissional. A oportunidade refere-se à fraqueza do sistema, na qual o servidor tem o poder e habilidade para explorar uma situação que faz a fraude possível, definindo como o método com que a fraude será cometida. A racionalização refere-se à justificação de que o comportamento antiético é algo diferente de atividade criminosa.

150. O “diamante da fraude” é um modelo que surgiu a partir do “triângulo da fraude”. Nesse modelo, os fatores que o compõem são: pressão, oportunidade, racionalização e fraqueza.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

151. Situação hipotética: foi concebido a uma entidade do setor público o controle de um determinado ativo imobilizado mediante condições específicas para o seu respectivo uso. No entanto, o transferente do ativo verificou descumprimentos por parte da entidade recebedora nas condições de uso impostas ao ativo.

Assertiva: com base na NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação, devido ao descumprimento das especificações, a entidade recebedora do ativo deverá reembolsar ao

transferente o valor do ativo corrigido monetariamente.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), analise a assertiva seguinte.

152. Os critérios de reconhecimentos previstos na NBC TSP 08 – Ativo Intangível determinam que, apesar da expectativa de rentabilidade futura, o ágio de um ativo gerado internamente pelo setor público não deve ser reconhecido como ativo intangível.

153. Segundo a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando a probabilidade de saída de recursos futuro não for considerada remota, o procedimento contábil adotado aos passivos contingentes será registrar as informações em contas de controle e evidenciar os respectivos valores em notas explicativas.

154. No âmbito do balanço orçamentário público, há possíveis cenários em que ocorrerá um equilíbrio na execução de receita, ou seja, as receitas previstas são equivalentes às receitas arrecadadas. Todavia, quando as receitas previstas são maiores que as receitas arrecadadas haverá um déficit de arrecadação.

155. As Variações Patrimoniais Qualitativas possuem caráter compensatório. Promovem alterações não quantitativas nos elementos patrimoniais do ente público. Como exemplo, pode-se citar a aquisição de material para consumo, a qual, nesse momento, reflete apenas na qualidade do patrimônio.

156. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações do patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o Resultado Patrimonial. Acerca dessa demonstração, julgue o item a seguir:

As variações cambiais negativas são classificadas como variação patrimonial qualitativa diminutiva financeira.

157. Segundo a Lei 4.320/64, o balanço orçamentário demonstra, entre outras informações, as despesas previstas em confronto com as realizadas.

158. As Despesas de Exercícios Anteriores representam exceção ao Princípio da Anualidade, pois este estabelece, em suma, que as receitas e as despesas, correntes e de capital, devem ser previstas com base em planos e programas com duração de um ano.

Acerca das informações previstas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue a assertiva a seguir:

159. O balanço patrimonial evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial, bem como os atos potenciais ativos e passivos por meio de contas de compensação.

160. Nos termos da Estrutura Conceitual, nos aspectos relacionados aos objetivos da Contabilidade Pública, os Relatórios Contábeis de Propósito Gerais (RCPGs) são elaborados e apresentados para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas, dentre elas, o propósito de atender finalidade e necessidade específica de determinados grupos de usuários fornecendo informações úteis sobre as entidades do setor público.

Considere as seguintes informações extraídas do exercício financeiro de 20X1 de determinado ente público:

- Receita corrente prevista R\$ 140.000,00
- Receita de capital prevista R\$ 130.000,00
- Receita corrente arrecadada 60% da receita prevista

- Arrecadação de impostos R\$ 56.000,00
- Empenho e liquidação de obras R\$ 13.000,00
- Pagamento de folha R\$ 5.000,00
- Recebimento por doação R\$ 35.000,00

Ao examinar todas as transações ocorridas no exercício, foi observado que o pagamento da folha foi referente ao exercício anterior e os serviços empenhados e liquidados com as obras foram inscritos em restos a pagar.

161. O balanço financeiro apresentará um resultado financeiro de 140.000

162. As aplicações financeiras de liquidez imediata são avaliadas pelo seu valor original e atualizadas até a data das demonstrações contábeis. Essas atualizações configuram variações quantitativas com efeito positivo ou negativo no resultado patrimonial do exercício.

Acerca dos Procedimentos Contábeis Orçamentários previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue os itens a seguir:

163. Conforme estabelece o Princípio do Orçamento Bruto, uma entidade pública ficará obrigada a registrar suas receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual pelo valor bruto, considerando-se as exceções previstas na Lei n. 4.320/64.

164. As receitas auferidas pelo poder público, por meio de soberania estatal, decorrentes do Princípio da Legalidade, como exemplo as receitas tributárias, são denominadas receitas públicas originárias.

Acerca dos Procedimentos Contábeis Orçamentários previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue o item a seguir:

165. O reconhecimento e a mensuração dos bens do patrimônio cultural são facultativos, a menos que sejam registrados pelo ente, caso em que devem ser evidenciados conforme a mesma base de outros ativos imobilizados.

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é a estrutura básica da escrituração contábil, permitindo o registro dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada. Acerca do PCASP, julgue as assertivas a seguir:

166. O PCASP possui caráter obrigatório aos órgãos da administração direta e indireta, bem como seus fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes e independentes.

167. O PCASP dos entes públicos (Estados, Municípios e Distrito Federal) deve conter no mínimo 7 níveis. Entretanto, caso haja necessidade, o ente poderá desdobrar as contas além do 7º nível.

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), julgue as assertivas a seguir.

168. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) de uma entidade pública é elaborada utilizando-se as contas contábeis das classes 3 e 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

169. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa de um ente público. Para sua elaboração, deve-se utilizar as classes 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas) e 6 (Controle da Execução do Planejamento e Orçamento) do PCASP e elaborá-la pelo método direto, conforme encorajamento da NBC TSP 12.

170. A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia o aumento ou redução do patrimônio líquido do ente público. Sua elaboração é facultativa para empresas estatais dependentes e obrigatória para os demais órgãos ou entidades da Federação.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Sobre os conselheiros do TCE-RJ, julgue os itens a seguir.

171. Nos casos de crime comum e nos de responsabilidade, os conselheiros serão

processados e julgados, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça.

172. É vedado ao conselheiro exercer cargo técnico ou de direção de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, com ou sem remuneração.

173. João e Ana foram nomeados para o cargo de conselheiro do TCE-RJ. João, que tem 54 anos, foi nomeado em 10 de março e tomou posse em 20 de março. Ana, que tem 49 anos, foi nomeada em 14 de março e tomou posse em 19 de março. Todos os atos ocorreram no mesmo ano.

Nessa situação, é correto afirmar que Ana é mais antiga como conselheira do que João.

Sobre a Lei Orgânica e o Regimento Interno do TCE-RJ, julgue os itens a seguir.

174. No caso de vacância do cargo de Presidente do TCE, nos últimos sessenta dias do mandato, caberá ao Vice-Presidente suceder-lhe, para cumprir o período do mandato do antecessor.

175. O governador deverá apresentar o seu processo de prestação de contas, concomitantemente, à Assembleia Legislativa e ao TCE-RJ, dentro de

sessenta dias, contados da abertura da sessão legislativa.

176. No resguardo dos direitos e garantias individuais, o Tribunal de Contas dará tratamento sigiloso às denúncias formuladas, até decisão definitiva sobre a matéria.

177. O Regimento Interno do TCE não dispõe sobre a concessão do contraditório e ampla defesa no processo de contas do governador.

178. Quando julgar as contas como regulares, o Tribunal de Contas dará quitação plena ao responsável.

Considerando as disposições da Constituição do Estado do Rio de Janeiro sobre o controle externo da administração pública, julgue os itens a seguir.

179. O parecer prévio das contas dos prefeitos municipais será emitido em prazo próprio, uma vez que a Constituição do Estado fixou prazo apenas para a emissão do parecer prévio sobre as contas do governador.

180. As contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro serão submetidas, anualmente, à

apreciação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

181. As câmaras municipais somente poderão julgar as contas dos prefeitos municipais irregulares por meio de decisão de dois terços dos seus membros.

Julgue os itens a seguir a respeito das auditorias governamentais e dos recursos cabíveis nos processos perante o TCE.

182. Para avaliar o desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionados, o Tribunal poderá utilizar a auditoria operacional.

183. A auditoria governamental extraordinária depende de determinação, em cada caso, do Plenário do Tribunal.

184. O recurso de reconsideração goza de efeito suspensivo, mas somente poderá ser formulado uma vez.

185. Os embargos de declaração são cabíveis contra obscuridade, omissão ou contradição, mas não suspendem o prazo para cumprimento da decisão embargada e para interposição dos demais recursos.

LICITAÇÃO CONTRATOS E CONVÊNIOS

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos doutrinários e as disposições contidas na Lei 8.666/1993, julgue os itens a seguir.

186. Cabe recurso em face do ato que anular licitação, a ser interposto no prazo de cinco dias úteis.

187. Considerando ser inviável a realização de procedimento competitivo em solo estrangeiro, a Lei 8.666 considera inexigível a licitação para aquisição de bens para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior.

188. A habilitação técnica pode ser comprovada por meio de atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, vedadas exigências relacionadas a quantidades mínimas de atestados ou a prazos máximos.

189. Contratos destinados à aquisição de material de uso das forças armadas, excetuada a contratação de material de uso administrativo e pessoal, podem ser celebrados mediante dispensa de licitação e ter a duração máxima de 120 meses.

190. A inadimplência do contratado em relação a encargos trabalhistas não transfere automaticamente à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

191. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-lo, hipótese em que haverá redução da responsabilidade da empresa contratada por danos que a execução contratual venha a causar a terceiros.

Considerando a disciplina da Lei 10.520/2002 e do Decreto 7.892/2013, julgue os dois itens a seguir.

192. É vedada aos órgãos ou entidades estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

193. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf – e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.

No que se refere às licitações regidas pela Lei 13.303/2016, avalie as assertivas que se seguem.

194. O critério de seleção do fornecedor consistente na “técnica e preço” encontra amparo tanto na Lei 8.666/1993 quanto na Lei 13.303/2016, havendo, neste último caso, limitação de 70% para o percentual mais relevante, na ponderação entre a nota técnica e a nota de preço.

195. É inexigível a licitação nos casos em que as empresas estatais estejam escolhendo parceiro, de maneira associada às suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

196. É dispensável a licitação para a transferência de bens a órgãos e entidades da administração pública, inclusive quando efetivada mediante permuta.

197. O orçamento da licitação não será sigiloso nas situações em que for adotado, como critério de seleção do fornecedor, o tipo “maior desconto”.

No que se refere à prestação indireta de serviços públicos à luz da Lei 11.079/2004, julgue os itens que se seguem.

198. Nas parcerias público-privadas celebradas por Estados, desde que atendidos determinados

pressupostos, pode ser prevista prestação de garantia da União em favor do ente subnacional.

199. Em uma licitação destinada à seleção do parceiro privado, admite-se a combinação do critério “menor contraprestação da Administração” com a “melhor técnica”.

Tomando por base o regramento contido na Lei 12.462/2011, julgue os itens que se seguem.

200. Admite-se, em contratações integradas, a previsão de taxa de risco compatível com o objeto da licitação e as contingências atribuídas ao contratado, desde que o anteprojeto preveja matriz de alocação de riscos entre a Administração e o contratado.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-Controle-Externo-14-11-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>